

ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, conforme deu para perceber na leitura da ata, fui o último usar esta tribuna na tarde de ontem e estou sendo o primeiro a usar nesta manhã. E eu não sei se isso é bom, deputado Neodi Saretta, porque quem está mais na beirada de repente pode cair, especialmente na hora em que reprisam as sessões e escolhe-se somente o miolo, tendo em vista o espaço mais limitado da nossa TVAL.

Mas quero fazer referência a um ponto que falei na tarde de ontem, ou seja, a negociação dos

praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros com o governo do estado acerca da questão salarial. Evidentemente que numa proposta que busca mudar radicalmente a mobilidade da forma de pagamento dos vencimentos dos militares estaduais e dos outros servidores da Segurança Pública, há que se ter preocupação também com outros aspectos dos direitos desses servidores, como a não estagnação na carreira por mais de 20 anos, como tem acontecido até hoje, além, é claro, da jornada de trabalho, porque se adotarem o subsídio não cabe o pagamento de hora extra na modalidade de subsídio, e aí o governo aponta o banco de horas como solução.

Nós estamos preocupados porque podemos ter os nossos policiais e bombeiros trabalhando todas as sextas-feiras, todos os sábados e domingos, com a segunda-feira de folga, porque isso prejudica sobremaneira a sua vida social. Historicamente, quando não tínhamos uma lei sobre a jornada de trabalho, a vida social dos militares era muito mais precária, levando, inclusive, à desorganização familiar, à perda de referência com relação a um viver sadio em sociedade.

Por outro lado, é preciso frisar que para os praças a pressa neste momento é inimiga de uma boa negociação, porque há de se ter pressa quando se vai negociar alguma coisa cujo resultado vai acontecer de forma imediata. E não é esse o presente caso, já que o governo diz que só poderá desembolsar qualquer coisa, em qualquer proposta discutida, em agosto do ano que vem, quer dizer daqui a um ano. Então, ter pressa para resolver uma situação como essa não é prudente, não é inteligente, ainda mais quando se tem muitas dúvidas acerca das propostas apresentadas, pois, como já disse, nenhuma delas agrada de forma uniforme o conjunto dos servidores da Segurança Pública. Nem mesmo dentro do segmento dos praças ou da base da Polícia Civil existe proposta que agrade uniformemente. Existem aspectos que favorecem mais quem está aposentado e outros que favorecem menos quem está aposentado e mais quem está na ativa.

Então, neste momento a pressa é uma péssima conselheira para os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e talvez para outros segmentos da Segurança Pública. Ter pressa para fechar uma negociação cujo resultado prático vai demorar um ano para acontecer, só se estiver muito claro que a negociação é muito boa, por isso vamos continuar debatendo, discutindo e trabalhando no sentido de melhorar as propostas.

Quero retomar também o tema de um acontecimento importante desta semana e que alguns deputados da Oposição registraram desta tribuna, que é a decisão judicial que determina, mais uma vez, que o governo do estado de Santa Catarina se abstenha de repassar recursos da secretaria da Saúde para a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina -, que ganha dinheiro público para tomar conta pessimamente do Samu - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -, e do Hospital de Araranguá. Aliás, os vereadores de Araranguá, do partido governador, do PP, do PMDB e do PSDB, vieram a esta Assembleia na semana passada para dizer: "Comissão de Saúde, socorranos! A cidade e o povo de Araranguá não merecem ser mal atendidos, mal tratados, ignorados e humilhados por esse grupo privado que veio de São Paulo para sugar o nosso dinheiro e nos tratar de forma tão indigna".

Pois bem, o governo recorreu e o Tribunal de Justiça parece que deu mais uma embarrigada na coisa e disse que o governo pode continuar repassando dinheiro para a SPDM, no caso do Samu. Aliás, o Tribunal de Justiça tem sido eficiente em burlar as decisões do Supremo Tribunal Federal. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem sido eficiente em passar um verniz de legalidade sobre um assunto cujo miolo o Supremo Tribunal Federal já disse que é ilegal.

Houve uma decisão, deputado Neodi Saretta, do ministro Ayres Britto, que à época, inclusive, era o presidente do Supremo Tribunal Federal, dizendo que o estado de Santa Catarina não pode contratar essa organização social para tocar o Samu - o ministro Ayres Britto, que à época era o

presidente. E isso foi aprovado, está decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Santa Catarina, que diz que respeita o estado democrático de direito, não deu bola para a decisão do Supremo e ficou mandando peças jurídicas para o TJ até que um desembargador iluminado conseguiu uma forma de dar uma decisão que permite ao governo de Santa Catarina desrespeitar o Supremo Tribunal Federal.

Mas isso não foi problema também, deputado Neodi Saretta e demais deputados, porque alguns meses depois eu recebi no meu gabinete, e creio que v.exas. receberam nos seus também, um convite do atual presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para uma sessão daquele tribunal em homenagem ao ministro Ayres Britto. Ou seja - e a expressão que me vem à mente, deputado Padre Pedro Baldissera, infelizmente não é conveniente que eu use nesta tribuna -, desrespeitaram a decisão do Supremo - essa é a expressão possível que me ocorre usar -, ofereceram uma condecoração ao ministro que foi desrespeitado e convidaram todos para jantar com ele.

Esse é o *modus operandi* dessa República? Aliás, com esse *modus operandi* não deveria ser chamada de República. Parece que estamos no período entre 1500 e 1822. Isso aqui é uma monarquia das mais atrasadas. É impossível acreditar porque qualquer juiz que assine qualquer coisa contra um sindicato, um movimento social, aquilo vale na hora. Mas infelizmente, qualquer decisão judicial que se refira à gloriosa Polícia Militar, da qual eu faço parte, é acatada na hora, ou até antes da decisão judicial.

Evidentemente caberia uma intervenção à luz da lei e à luz da Constituição que nos rege, se este país fosse uma república e não uma balbúrdia, um conluio de poderes com os interesses privados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre

Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, quero novamente trazer presente a esta tribuna algumas questões que dizem respeito à barragem de Abdon Batista, até pelo fato de que as coisas avançaram um pouco.

Na tarde de ontem estivemos reunidos, durante quase duas horas, no Ministério Público Federal com uma representação dos atingidos pela construção da barragem Garibaldi, no rio Canoas. Lá, o dr. Marcelo Mota, que é o procurador-chefe, atendeu-nos e ouviu pacientemente o relato das famílias atingidas, mais de 200, que não receberam e não estão incluídas nos pagamentos de indenização por parte da Triunfo, que é a empresa que construiu a referida barragem.

Quanto ao alegado erro de cálculo da extensão do alagamento existem várias interrogações: será que a empresa de fato errou no cálculo ou, de uma forma ou de outra, tentou enganar a Fatma e as famílias atingidas, que perderam, inclusive suas plantações, pois tudo ficou debaixo d'água. Para chegar até suas casas as pessoas precisam pegar um barco e passar por dentro do lago. Isso sem falar nas centenas e centenas de araucárias que estão totalmente submersas, além de outras árvores nativas.

Outro fato que me causou espécie foi que as estradas novas feitas pela própria empresa ficaram submersas, assim como a nova rede elétrica da Celesc.

Tudo isso é um crime! É uma violência terrível contra aquelas famílias, contra aquela população! Mas percebemos que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina está mudo! Caminha para frente e para trás com os donos da empresa, fazendo de conta que desconhece a situação de desespero que mais de 200 famílias estão vivenciando dia a dia diante do capital. Infelizmente, em nome do capital estão perpetrando a desgraça de centenas de pessoas.

O Ministério Público Federal estará na região com uma equipe técnica verificando *in loco* a real

situação, a fim de tomar as providências necessárias. Não dá mais ficar inerte diante do que o capital vem fazendo em nome do lucro! Além de tudo isso, até a própria Justiça - e achamos isso estranhamente engraçado - concedeu um interdito proibitório a fim de que o bispo dom Irineu Roque Scherer não se aproximasse a menos de 2.500m. Tudo isso porque ele assumiu a defesa das famílias injustiçadas, oprimidas, indefesas, que tiveram seus direitos violados. O descumprimento do interdito proibitório acarretará uma multa de R\$ 10 mil por dia. E, pior de tudo, o próprio Ministério Público Estadual colocou no interdito proibitório que, se necessário, fosse usada força policial contra as manifestações e a organização daquela gente.

É impressionante que mais uma vez o aparato estatal seja utilizado em prol do capital e não em defesa do cidadão, do ser humano, do injustiçado, que teve violados os seus direitos fundamentais! Espero que sejam tomadas as providências justas e necessárias em defesa daquela população desamparada, que se alimenta de uma perspectiva muito grande.

Antes de encerrar, sr. presidente, gostaríamos de dizer que já realizamos várias audiências com relação ao Conselho de Direitos Humanos. O projeto já tramita nesta Casa e esperamos que o mais brevemente possível ele seja apreciado e votado por este Plenário, uma vez que será uma grande ferramenta na defesa de direitos violados.

Além disso, estaremos hoje em Chapecó, deputado Neodi Saretta e deputada Ana Paula Lima, nossa líder, reunidos com várias lideranças ligadas à juventude, dando início à construção de debates sobre o referido conselho.

Já há sete audiências previstas, que serão coordenadas pela comissão de Legislação Participativa, que é o órgão apto a realizar os debates que se referem ao projeto de lei, no sentido de aperfeiçoá-lo. Estaremos, então, construindo todo um organograma de reuniões, de audiências para que possamos ter efetivamente uma grande parcela da juventude participando desse

nesse debate e ajudando a construir o Conselho Estadual da Juventude.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a visita de alunos e professores da Escola Básica Professora Zulma de Souza Silva, de Blumenau, e do vereador Abrahão Mussi, de Três Barras. Sejam todos bem-vindos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a visita de amigos de Celso Ramos e dos vereadores Eloir Rogério Pimel, Arno Adelir e Eliseu Alves da Silva, de Santa Terezinha do Progresso. Sejam bem-vindos à nossa Casa legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, nossa saudação aos telespectadores da TVAL, aos ouvintes da Rádio Alesc Digital e aos que prestigiam esta sessão nesta manhã de quinta-feira.

Infelizmente, hoje é um dia triste para a democracia brasileira com a não cassação de um deputado que saiu literalmente de trás das grades para ir ao plenário e por 24 votos acabar safando-se de uma cassação. Triste para a história democrática deste país e para nós, parlamentares. Fica a esperança e a expectativa de uma nova geração de políticos comprometidos com a ética,

com a moral, com princípios, com valores, a fim de que possamos exercer o nosso mandato de cabeça erguida, podendo sair nas ruas dizendo que vale a pena estar na política que é, na verdade, a arte de fazer o bem, a arte de governar e de liderar pessoas, a arte de encurtar distâncias, mas, acima de tudo, a arte da seriedade no trato da coisa pública. Que seja um capítulo passado e que de fato a borracha da democracia faça esquecer a triste novela a que assistimos ontem no Congresso Nacional.

Sr. presidente, ainda preciso repercutir a conquista desta semana, que foi o projeto Reviver. E ao fechar os comentários nesta Casa acerca do termo de compromisso que foi assinado entre o governo do estado, no comando a secretaria estadual de Assistência Social, e esta Casa, através da comissão de Combate às Drogas, gostaria de compartilhar com os telespectadores o depoimento a que tivemos a oportunidade de assistir no auditório Antonieta de Barros, na última terça-feira.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Esse jovem que ainda está no Centro Terapêutico Vida, em Blumenau, ganhou uma herança de R\$ 40 mil e em dois meses gastou tudo com *crack*. Hoje, após seis meses de casa, mostra a determinação de superar a dependência química e aí entra a importância do Reviver.

Gostaria de mostrar algumas imagens do evento que foi extremamente concorrido. E quero aqui mais uma vez agradecer a esta Casa; aos deputados que se fizeram presentes; aos membros da comissão, na pessoa da deputada Ana Paula Lima; às comunidades terapêuticas; à Universidade Federal de Santa Catarina; à Udesc; e ao grupo DTV, que entoou uma canção sensibilizando todos nós e que foi aplaudido de forma entusiástica.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Aí vemos a manifestação popular, os representantes do Conselho Estadual de Entorpecentes, o governador e o secretariado, que se fizeram presentes para a assinatura do protocolo.

Assim, gostaríamos apenas de colocar o que de fato esse programa poderá oferecer ao estado de Santa Catarina. Em síntese, estamos propondo o seguinte:

1. Diagnóstico da situação das comunidades terapêuticas;
2. Cadastramento dessas organizações (e hoje há em torno de 150 comunidades no estado);
3. Tipificação, classificação e readequação das organizações conforme dispõe a RDC n. 29, lei federal que estabelece as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
4. Capacitação de profissionais de comunidades terapêuticas (lembrando que 60% desses recursos deverão ser investidos em pessoal - psicólogos, médicos, assistentes sociais e psiquiatras - e 40% na manutenção das casas);
5. Elaboração e validação de protocolos de prevenção, acolhimento e tratamento;
6. Oferta de suporte/acolhimento de 1.200 dependentes químicos, sendo 900 maiores de 18 anos, no valor de R\$ 1.000,00 *per capita*, e 300 vagas para menores de 18 anos, no valor de R\$ 1.500,00 *per capita*.

Trata-se de uma produção tecnológica, algo inovador no Brasil, eu diria. Tive a oportunidade de conhecer trabalhos em Brasília, Minas Gerais e São Paulo, e eles não têm o que nós estamos propondo em Santa Catarina, levando a academia para junto das comunidades terapêuticas, inclusive com possibilidade de bolsas para graduandos, mestrandos e doutorandos.

Como disse, trata-se de uma verdadeira produção tecnológica informatizada de acompanhamento dessas casas, com validação desses protocolos de prevenção/acolhimento, com a perspectiva de termos um telefone 0800, para que qualquer mãe ou pai, de qualquer parte do estado, possa saber o que fazer quando se deparar com um parente, com um filho ou amigo dependente químico.

Vamos fazer um trabalho de pesquisa de avaliação do cuidar e principalmente da reinserção familiar e social, que é muito importante para que quando esse dependente químico sair, depois seis,

sete, oito, nove meses do programa terapêutico, possa ser bem encaminhado. Teremos ainda a validação e implementação de um sistema de informação (banco de dados) de vulnerabilidade social com cadastro dos adictos; elaboração de material instrucional com cartilhas e a elaboração e validação de um portal de orientação/observatório sobre as políticas de drogas ilícitas.

Enfim, a proposta do Reviver está consubstanciada nessas ações e o programa se propõe de fato a dar atenção ao dependente químico, algo inédito, algo singular. Cerca de três mil vagas são oferecidas hoje pelas comunidades terapêuticas e o governo do estado se propõe a financiar pelo menos um terço dessas vagas, ou seja, mil vagas.

É um pequeno passo do ponto de vista estatístico, mas um gigantesco passo do ponto de vista social, em especial com relação às famílias e à segurança pública.

Nós dissemos na solenidade de assinatura desse termo de compromisso que de cada dez crimes cometidos em Santa Catarina, segundo a secretaria de Segurança Pública, pelo menos sete envolvem narcotráfico. Portanto, vamos parar de enxugar gelo, sim, e vamos dar uma resposta concreta à questão da segurança pública no estado, tirando esses jovens das ruas e dando-lhes um espaço acolhedor, um espaço onde de fato possam dizer "não" às drogas e optar pela vida.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado, quero, em nome da bancada do PSDB e também em função da minha experiência na vida pública, quase 26 anos, parabenizá-lo pela maneira como tem conduzido a nossa comissão na busca de diminuir esse flagelo social que é a dependência das drogas, que acaba causando um transtorno muito forte às famílias. Hoje não há, praticamente, neste grande Brasil uma família que não tenha problema com algum tipo de dependência química, seja ela lícita ou ilícita.

Quero também, deputado, estender os meus cumprimentos ao secretário João Cândido da Silva e sua equipe, juntamente com o governador Raimundo Colombo, porque vejo algo palpável nesse sentido, já que é grande a dificuldade por que passam essas comunidades terapêuticas. Existe boa vontade das prefeituras em ceder profissionais, mas a manutenção não é fácil e v.exa. conseguiu um bom encaminhamento para essa questão.

Então, fica aqui a nossa gratidão a v.exa., ao secretário e ao governador.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, v.exa. também foi importante na construção desse projeto.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Ismael dos Santos, quero também parabenizá-lo pela persistência, pois acompanhamos o seu périplo em Brasília no início dos seus pleitos junto à Secretaria Nacional Antidrogas.

Eu fiquei mais de 30 anos na atividade policial e quando ocorria a prisão de um usuário de drogas, muitas vezes percebíamos que ele queria sair daquela situação e comovíamos-nos com o desespero da família, que não sabia para onde o encaminhar a fim de iniciar um tratamento. Na verdade, o estado muito pouco participa do processo de tratamento dos adictos. O atendimento é feito por clínicas que dependem da iniciativa de pessoas que foram beneficiados ou que tiveram alguém da família beneficiado. Nós ouvimos os depoimentos dos próprios monitores e instrutores, que são pessoas que conheceram o problema e que hoje se dedicam a ajudar aqueles que necessitam de apoio.

Assim, parabenizo v.exa. por todo o excelente trabalho realizado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Portanto, nossa gratidão mais uma vez à imprensa, à mídia, ao governador do estado, a esta Casa e de fato vamos continuar de forma intensa e

pontual nessa cruzada por uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência quer cumprimentar e dar as boas-vindas aos visitantes do município de Celso Ramos, nossa querida terra dos caminhoneiros e da cana: Deoni Tramontin, Sidnei de Souza e Juvelino Varela, que nos dão a honra de estar aqui conosco no dia de hoje. Sejam todos bem-vindos e sintam-se à vontade na Casa do Povo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Srs. deputados, sra. deputada, senhoras e senhores da imprensa, ouvi atentamente o discurso do deputado Ismael dos Santos, bem como os apartes dos colegas. Tive a oportunidade de estar na Casa quando foi lançado o programa de ajuda e combate às drogas. Eu não tenho nenhuma dúvida, deputado Ismael dos Santos, que essa é a pior doença da sociedade atual. Agradeço sempre a Deus de não ter nenhum filho ou familiar com problemas em relação a drogas.

Mas a verdade, sr. presidente, é que todos temos o dever de ajudar aqueles que têm esse terrível mal na família e acho que sem o envolvimento do poder público não vamos muito longe. Agora, com esse envolvimento, com a vontade de todos, tenho confiança de que poderemos diminuir esse mal que afeta a nossa população.

Nesta semana, deputado Aldo Schneider, aconteceram algumas coisas que nos comoveram e deram-nos a visão de que alguns programas estão caminhando. Ontem o governador esteve na Associação Médica Catarinense lançando o seu programa de saúde. Nessa semana houve diversos debates nesta Assembleia Legislativa, deputada Ana Paula Lima, questionando a vinda de médicos de outros países para trabalhar no Brasil.

Há poucos dias estive no município de Ponte Serrada e lá fiquei sabendo que a filha do ex-vice-prefeito havia recebido, deputado Neodi Saretta, seu primeiro salário como médica. O pai foi-me agradecer dizendo que a filha havia conseguido o título porque eu havia ajudado. Como não sou professor perguntei-lhe como havia contribuído, pois, no meu entendimento, o mérito fora dela, que conseguira um financiamento do Fies. Agora, o seu salário na pequena prefeitura de Passos Maia era de R\$ 17 mil. Perguntei à moça quanto ela gastara para pagar o financiamento. Ela me respondeu que ainda não começara a pagar, mas quando o fizesse seriam R\$ 1.500,00 por mês.

Estou dizendo isso porque imagino que se todos aqueles que quisessem, por exemplo, cursar Medicina, tivessem oportunidade de conseguir esse financiamento, deputado Aldo Schneider, certamente não precisaríamos ir buscar profissionais em outros países.

Não estou aqui criticando a atual presidente nem o ex-presidente Lula, porque essa situação vem de muitos anos. Se tivéssemos começado isso há alguns anos e estendêssemos essa oportunidade para mais pessoas, teríamos dentro do Brasil o número necessário de médicos para atender à nossa população. Mas enquanto não nos convenceremos de que a educação é uma mola mestre para o desenvolvimento, não construiremos um grande país. Eu digo sempre que sem alimento, sem saúde e sem educação ninguém tem uma vida digna e um país não chega a lugar algum.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço v.exa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Em primeiro lugar, os meus parabéns a essa garota que se formou em Medicina graças a um programa do governo federal, o Fies.

Mas quero, deputado Moacir Sopelsa, fazer um esclarecimento. O curso de Medicina dura seis anos e o governo federal, nos últimos dez anos, abriu vários cursos federais nessa área porque realmente faltam profissionais médicos no Brasil. O que

temos que entender é o seguinte: o programa Mais Médicos terá uma duração de três anos, período no qual se formarão muitos médicos no país, profissionais esses que, esperamos, fiquem trabalhando no Brasil.

Mas o que não podemos, deputado Moacir Sopelsa, é deixar a nossa população ficar sem atendimento médico no interior, porque há municípios pagando um salário de R\$ 25 mil e apesar disso não conseguem um profissional para trabalhar. A nossa população não pode esperar a formação desses profissionais, por isso o programa terá a duração de três anos, ao final dos quais os brasileiros que se formarem poderão ocupar esses espaços e atender à nossa população.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, entendo que precisamos atender à nossa população, mas estamos ainda muito longe de dar oportunidade às pessoas mais pobres de cursarem uma universidade.

Nós precisamos avançar mais, precisamos dar oportunidade para que as pessoas mais carentes tenham mais facilidade para se formar num curso superior. Por isso, o poder público precisa investir mais nessa área.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Aldo Schneider, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, com referência ao que o deputado Moacir Sopelsa acabou de falar, quero relatar desta tribuna um acontecimento ocorrido ontem, através de uma ação do gabinete do governador, do vice-governador e da secretária da Saúde, qual seja, o lançamento de três programas que visam a atacar de frente os problemas dos 14 hospitais gerenciados pelo governo do estado de Santa Catarina.

De tudo o que já ouvimos, diante de todo o clamor da sociedade catarinense, diante das grandes filas de espera para atendimento médico,

diante das macas nos corredores dos hospitais, diante da falta de profissionais e de servidores para a área, esse parece ser o programa que vai equacionar o problema, porque integra à secretaria da Saúde as de Planejamento e Fazenda, conforme sinalizou ser a necessidade a consultora internacional contratada, Roland Berger, que apontou minuciosamente as dificuldades dos nossos 14 hospitais públicos estaduais, que no ano passado atenderam a mais de um milhão de pacientes, quando poderiam atender a 1,5 milhão se tivesse sido dado, por exemplo, estímulo aos servidores.

Então, estímulo aos servidores é o primeiro gargalo. Para que se dê estímulo aos servidores, é preciso implantar a meritocracia. E dentre as medidas provisórias ontem assinadas na Associação Catarinense de Medicina, MPs essas que logo aportarão na Casa do Povo de Santa Catarina para que nós, legisladores, possamos analisá-las e referendá-las ou não, destaco justamente aquela que implanta a meritocracia, a produtividade.

Na verdade, isso já existiu, e posso falar com propriedade porque moro na cidade de Ibirama, que tem um dos hospitais da rede do estado. Lá, quando os médicos recebiam pró-labore, não havia filas, não havia dificuldades no atendimento. No entanto, a partir do momento em que o Ministério Público acionou a secretaria de estado da Saúde, dizendo que os médicos não poderiam receber pró-labore, começou essa desgraça.

Então, ontem, após um grande debate, inclusive com o Ministério Público, chegamos ao entendimento de que precisamos voltar a remunerar os profissionais de saúde por aquilo que eles produzem.

E quero aqui, de forma ousada, dizer que o governador teve a coragem de implantar aquilo que pode resolver em parte o problema da saúde em Santa Catarina. Porque não se pode admitir que o hospital estadual da minha cidade, com mais de 200 funcionários, tenha somente 30% da taxa de ocupação. Aquele dinheiro é meu, é seu! Aquele dinheiro é daqueles que me estão ouvindo. Só que

temos que criar estímulos para que as coisas funcionem. Há quatro anos há uma UTI pronta na cidade de Ibirama que não funciona porque não há corpo clínico! E não há não porque o governo não queira contratar profissionais, posto que já foram realizados quatro processos seletivos. A verdade é que não aparecem profissionais interessados. Por quê? Porque o salário é de R\$ 5 mil para atender a uma UTI.

Então, essa é a grande dificuldade que o governo tem. E acho que com esse projeto lançado ontem na Associação Catarinense de Medicina vamos, em parte, começar a resolver os problemas dos 14 hospitais públicos catarinenses.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Aldo Schneider, quero somar-me à sua manifestação e dizer que com essa atitude o governo do estado está fazendo valer a voz das ruas, a voz daquele povo que há poucos dias fazia o seu manifesto dizendo que está cansado do modelo de saúde que temos no país.

Todas essas iniciativas são plausíveis. Mas quero fazer referência a uma que não é a mais importante, mas é aquela que vai dar uma sobrevida aos hospitais dos pequenos municípios. Refiro-me à central de regulação.

Hoje existe a possibilidade de fazer cirurgias de alta complexidade em hospitais de referência do estado de Santa Catarina que, na verdade, encontram-se inchados por falta de leitos para a recuperação dos pacientes depois das cirurgias. Com essa central poder-se-á fazer a recondução desses pacientes a uma unidade hospitalar em um município próximo a esse centro, que fará a cirurgia de alta complexidade. Com isso se vai otimizar o espaço físico que esses hospitais têm e que está ocioso, habilitando-os a ter acesso aos recursos do SUS e até mesmo possibilitando que o governo do estado ajude definitivamente a melhorar a situação caótica em que vivem.

Muito obrigado pelo espaço, deputado!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu agradeço o seu aparte e incorporo-o à minha manifestação.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que na semana que vem traremos para a Casa do Povo de Santa Catarina, com detalhes, o programa que foi lançado ontem através de medidas provisórias.

Logicamente que temos que levar ao conhecimento dos catarinenses aquilo que estamos fazendo. Até porque em qualquer pesquisa de opinião pública de qualquer governo, seja na esfera municipal, estadual ou federal, o primeiro problema que a sociedade brasileira aponta como dificuldade na sua vida é a saúde.

Então, com essas atitudes na nossa rede hospitalar talvez possamos sair vanguarda em nível nacional, no sentido de estimular os nossos servidores através de uma remuneração mais digna, a fim de que eles efetivamente possam atender à sociedade catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, sr. presidente, sra. deputada Angela Albino, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital!

Quero lembrar que ainda estamos coletando as assinaturas para a CPI da Celesc. Já estamos, hoje, com nove assinaturas e estamos esperando a resposta de diversos parlamentares de bancadas de partidos que têm assento nesta Casa para conseguir fazer a investigação necessária.

Hoje mesmo, srs. parlamentares e sra. deputada, os jornais de circulação estadual já trazem matérias sobre a Celesc dizendo que a Aneel apontou um desequilíbrio econômico-financeiro e que a concessão está ameaçada.

Dessa forma, este Parlamento não pode ficar de olhos fechados para essa situação que é emergente

e que atinge todos os catarinenses. Precisamos fazer as investigações necessárias para que os culpados sejam responsabilizados por esses atos que estão acontecendo na Celesc.

Nós verificamos que ultimamente, principalmente no horário nobre da nossa televisão, a Celesc tem feito uma propaganda grandiosa. Só que o que está acontecendo dentro da Celesc precisa ser investigado, pois há risco de a Aneel cancelar a concessão para a empresa catarinense.

Então, estamos na coleta dessas assinaturas. Por favor, que nas reuniões de bancada assumam essa responsabilidade e que sinalizem para que isso possa acontecer porque não estamos aqui a julgar ninguém, queremos é esclarecer os fatos.

Outro assunto que trago dentro do horário do nosso partido, srs. parlamentares, é que no dia de ontem, o PT, juntamente com o PDT, com o PSD e com o PCdoB, apresentou as assinaturas necessárias para a viabilização de um plebiscito nacional sobre a reforma política, posto que pesquisas recentes apontam - e a última foi divulgada pelo Ibope - que 85% dos brasileiros são a favor da reforma política e 92% querem que as mudanças aconteçam já para as próximas eleições.

Estamos convencidos da necessidade de mudar a legislação que rege as eleições. Esse é um pedido da nossa população, é isso que apontam as pesquisas, porque esse é um dos maiores gargalos da nossa democracia. É nada mais oportuno historicamente do que o Congresso Nacional fazer a reforma política pelo mecanismo mais eficiente e democrático, que é o plebiscito.

Nossa solidariedade à presidenta Dilma, que já fez menção à necessidade de um plebiscito, a fim de consultar a população sobre o que ela efetivamente quer para as próximas eleições. E isso ficou muito claro durante as últimas manifestações populares nas ruas deste país.

Daí a razão do nosso esforço para a coleta de assinaturas, que representa uma vitória do trabalho conjunto dos partidos aliados, uma conquista do nosso povo, já que ninguém pode

desconhecer o sentimento exposto nas ruas sobre a crise na representação política, que expôs a necessidade urgente de uma reforma política no Brasil.

Após um ato público, líderes e presidentes de partidos protocolaram um projeto e entregaram uma cópia ao presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte. Eles pretendem também entregar uma cópia desse projeto de realização de um plebiscito à presidenta Dilma, projeto este que contém cinco perguntas a serem feitas à nossa população. Três são relativas ao financiamento de campanhas eleitorais e as outras duas referem-se à participação popular via internet.

São as seguintes, srs. parlamentares, as perguntas constantes do projeto em tela:

- ✓ Você concorda que as empresas façam doações para as campanhas eleitorais?
- ✓ Você concorda que as pessoas físicas façam doações para as campanhas eleitorais?
- ✓ Você concorda que o financiamento das campanhas eleitorais deva ser exclusivamente público?
- ✓ Você concorda que a população participe opinando através da internet quanto à apresentação de propostas da emenda constitucional, projetos de lei complementar e projetos de lei ordinária?
- ✓ Você concorda que as eleições para presidente, governadores, prefeitos, deputados, senadores e vereadores devam ser realizadas no mesmo ano?

Essa é consulta que queremos fazer, a fim de que a população se posicione sobre a reforma política em nosso país.

Nós somos a favor da democracia, da participação popular. Chegou a hora, srs. parlamentares, de mostrarmos para o nosso povo o que pensa sobre os partidos brasileiros. Quais são os partidos que são contra a participação popular, os mesmos que se beneficiam desse sistema que corrompe a política e os políticos.

Eu defendo os políticos, os bons políticos. Defendo que tudo passa pela política, que a política é algo bom. O que nós temos que exterminar são os maus políticos. Por isso a reforma política é urgente e necessária. A nossa democracia anseia por mudanças, por um sistema que permita a participação da sociedade, o fortalecimento dos partidos políticos, justamente através de mudanças no financiamento de campanhas eleitorais.

É por isto que se faz necessário esse plebiscito, para que a nossa população possa responder a essas cinco perguntas.

Vamos fazer esse debate, acredito que somente com a mobilização da nossa sociedade, com a pressão popular, faremos a melhor reforma para o nosso país, a reforma que precisamos. É preciso que o Congresso Nacional, que todos os partidos políticos entendam a necessidade da reforma política. E o plebiscito, acreditem, é o melhor caminho. Quem é a favor vai apresentar à sociedade os seus argumentos e quem é contra também poderá fazê-lo, À população, através do voto, caberá decidir os rumos da reforma política.

Quero ainda, no horário do nosso partido, destacar, deputada Angela Albino - e v.exa. já se manifestou a respeito -, a sessão solene ocorrida no Congresso Nacional com a participação da nossa presidenta Dilma Rousseff, em comemoração aos sete anos da Lei Maria da Penha. Na ocasião, a presidente recebeu o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher, que apurou que 92 mulheres foram assassinadas vítimas de violência nos últimos dez anos em nosso país.

A respeito, disse o seguinte a presidenta Dilma Rousseff em seu discurso: "Meu governo é defensor intransigente da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Mais que uma bandeira, essa igualdade é uma necessidade estratégica do país e honra homens e mulheres. E essa igualdade, nós sabemos, concretizar-se-á em toda sua integralidade quando homens e mulheres, juntos, tiverem tolerância zero com a violência."

É isso que desejamos! Queremos também que o governo federal tenha recursos e políticas públicas à disposição dos estados e dos municípios de enfrentamento à violência.

Hoje à tarde, srs. parlamentares, estaremos recebendo neste Parlamento a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional sobre o Abuso Sexual Infanto-Juvenil. Não podemos dizer que no estado de Santa Catarina isso não acontece. Acontece! E acontece muito em nosso estado, infelizmente.

Essa audiência pública, srs. deputados e sr. presidente, que vai acontecer no plenarinho desta Casa, terá a participação da CPMI para buscar informações sobre a realidade do nosso estado. Estaremos participando, pois queremos mais uma vez denunciar a absoluta ausência de políticas públicas do governo do estado de proteção à infância e à adolescência.

Aproveito a oportunidade para convidar todos os deputados e deputadas desta Casa para participarem dessa audiência pública, às 14h, no plenarinho.

Era isso o que tínhamos para relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente deputado Romildo Titon, colegas deputados, deputadas e todos que acompanham a nossa sessão.

Venho à tribuna para, inicialmente, expressar os meus cumprimentos ao deputado Ismael dos Santos por estar liderando a frente antidrogas, que ontem realizou um ato importante, no momento em que foi oficialmente assinada uma parceria com o governo do estado. Com certeza essa parceria representa um novo alento às entidades que ao longo dos anos vêm trabalhando e lutando de forma

solitária e solidária, no sentido de atender e dar tratamento às pessoas portadoras de dependência química.

Todos nós sabemos como isso está alastrando-se entre os jovens e adultos, sendo um dos grandes problemas sociais no país nos dias de hoje.

Eu presidi a comissão de Segurança Pública no ano passado, através da qual realizamos dez audiências públicas no estado, a fim de fazer um grande diagnóstico da questão da segurança. Em todas elas se constatou que o aumento da criminalidade está relacionado ao uso e à venda de drogas. Em Santa Catarina 80% ou mais dos crimes praticados estão relacionados ao uso e ao tráfico de drogas. Esse é um índice que independe do tamanho dos municípios, pequenos, médios ou grandes.

Mas o assunto que trago à tribuna no horário do meu partido é a minha participação, no final de semana, na cidade de Barretos, no encontro do PSDB de São Paulo e Minas Gerais, com a presença do nosso senador Aécio Neves e de muitas lideranças políticas, como prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores e dirigentes partidários. Todos se reuniram no sentido de buscar um novo rumo para o PSDB, especialmente para as eleições nacionais do ano que vem.

Saí de lá muito entusiasmado porque o senador Aécio Neves se mostrou muito focado no principal problema deste país. Não é só da reforma política e do Código Penal que a nação precisa, a grande prioridade é a reforma fiscal, a reforma tributária. Só ela poderá dar aos municípios recursos para se desenvolverem, já que hoje 70% da arrecadação deste país estão nas mãos do governo federal, 19% estão nas mãos dos estados e apenas 11% nas mãos dos pobres e falidos municípios, excetuando-se, é claro, aqueles que têm receita própria proveniente dos *royalties* e do IPTU.

Enfim, todos os municípios estão falidos. Seus recursos estão assim comprometidos: 45% são gastos com a folha de pessoal, 25%, com a educação e 15%, com a saúde. Só aí já se vão 85% dos recursos do município, sobrando somente 15% para todas as

outras demandas existentes, inclusive na área social, onde existem programas que têm que ser custeados por eles.

O que acontece então? Como não há recursos próprios para atender às demandas sociais, os prefeitos têm que correr de pires na mão para os estados e para o governo federal. Aí, sim, vem a famosa emenda, que todos pensam ser o canal que resolve os problemas tanto dos municípios quanto dos estados.

A consciência dessa situação é que levou o senador Aécio Neves a focar sua prioridade como possível candidato à Presidência da República na reforma fiscal e tributária. Todos sabem que o sistema federativo do Brasil é uma falácia, não existe, os estados e municípios estão cada vez mais dependentes dos recursos do governo federal. Prova disso é um fato que ocorreu recentemente, quando o governo federal apresentou como uma grande solução para os municípios do nosso estado a entrega de uma retroescavadeira hidráulica. E apresentou isso como uma grande ação política, no sentido de mostrar que o governo federal está presente para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Ora, talvez muitos se lembrem de uma ação semelhante ocorrida há 30 anos, quando o então governador de São Paulo, Paulo Maluf, entregou uma ambulância a cada um dos municípios brasileiros, como se fosse uma ação capaz de resolver o problema da saúde no Brasil.

O senador apresentou ainda um dado importante: à época do governo do PSDB, o governo federal participava com quase 57% dos recursos que se investia na saúde do país. Hoje, apesar do aumento da arrecadação, o governo federal participa com apenas 43%. Ou seja, os restantes 57% são recursos que provêm dos municípios e dos estados.

Na segurança acontece o mesmo. O governo federal era responsável por mais de 53% dos recursos investidos. Hoje gasta apenas 33%. O governo federal diminuiu os investimentos na área de segurança e jogou a responsabilidade para os municípios e estados que, com os poucos recursos

que possuem, ainda têm que fazer frente a essa grande demanda. Em qualquer pesquisa de opinião pública fica claro que as maiores preocupações da população são a saúde e a segurança. Mas o governo federal encolheu a sua participação financeira justamente nas duas áreas.

Qual, então, a proposta de Aécio Neves? A inversão dessa ordem de prioridade, para que o país volte a ter um sistema federativo atuante, um sistema federativo que dê aos municípios e aos estados os recursos que eles precisam e aos quais têm direito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Queremos registrar a presença dos alunos do 4º e 5º anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Alto Luís Alves, de Massaranduba, que nos honram com sua visita. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje, 29 de agosto, é o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, um dia que foi criado em particular para discutir a questão específica das mulheres lésbicas.

Nós aproveitamos este momento para parabenizar o governo do estado por haver remetido a esta Casa o projeto que cria o Conselho Estadual de Direitos LGVT, que tramita na comissão de Justiça e do qual pedimos vistas em função de alguns pontos com os quais temos o desejo de contribuir, na medida em que assim foi pedido por vários integrantes de movimentos que defendem os direitos humanos.

Sr. presidente, gostaria de informar a todos que, na manhã de hoje, apresentei uma proposição na forma de manifestação de repúdio pelas reiteradas recusas do promotor de Justiça Henrique Limongi, do Ministério Público de Santa Catarina, mais precisamente da comarca da capital, em reconhecer, no exercício de suas funções, o

direito já consolidado pelos tribunais à união homoafetiva.

O Supremo Tribunal Federal, já dando uma interpretação contemporânea sobre os dispositivos constitucionais de como é formato da família no Brasil, reconheceu o direito das pessoas que amam pessoas do mesmo sexo de terem acesso à união civil. Mas às vezes isso vira uma confusão, porque algumas pessoas dizem que agora vão obrigar. Não é nada disso! Trata-se apenas de reconhecer o direito! Aliás, é bom que se diga que no estado laico são garantidas as preferências religiosas, sexuais, raciais.

Nessa medida, quando o promotor Henrique Limongi nega reiteradas vezes o que o STF já reconheceu, não somente fere o direito constitucional assegurado para uma parcela da população, mas também onera desnecessariamente o Judiciário de Santa Catarina.

Muito obrigada, doutor Henrique, mas o Judiciário não precisa que v.exa. coloque suas preferências pessoais a serviço de suas crenças, entupindo com isso os seus escaninhos. Se o Supremo já confirmou, é de bom senso que não se questione novamente, porque senão vamos entupir o Judiciário para reconhecer um direito que, em última instância, todos sabem, a Justiça de todos os estados brasileiros reconhece.

De outro horizonte, aproveitando também porque é uma data que toca a questão das mulheres, gostaria de compartilhar a preocupação e a manifestação da deputada Ana Paula Lima acerca da entrega da CPMI.

Deputada Ana Paula Lima, eu sei que v.exa., como muitas feministas que trabalham no seu gabinete, já levantou uma série de recomendações feitas ao estado de Santa Catarina, que eu vou evitar de ler agora porque o tempo está escasso, mas que envolvem o Poder Executivo do estado, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Tenho a convicção, deputada, de que a nossa bancada poderia promover um seminário sobre esses apontamentos da CPMI e, a partir deles, chamar o Ministério Público, o governo do estado e o Poder

Judiciário para propormos um aspecto novo para o combate à violência contra as mulheres em Santa Catarina, que ainda se ressentida da ausência de uma série de mecanismos, particularmente o regular funcionamento da Defensoria Pública e delegacias de mulheres em número suficiente para atender à demanda feminina. Faltam também casas de referência no combate à violência, em particular esse novo modelo que a Secretaria Nacional de Promoção de Políticas para as Mulheres tem estimulado, que é a Casa da Mulher Brasileira, que é um centro de referência que tem dinheiro do governo federal e que precisa apenas que o governo do estado se articule em torno disso. E a bancada feminina da Assembleia Legislativa, independentemente de bandeira política, será parceira do governo para construir esse novo tempo.

Por fim, srs. parlamentares, quero lembrar que a partir do dia 02 teremos o início das atividades da semana que há de lembrar os 40 anos do desaparecimento do deputado Paulo Stuart Wright, cassado por essa Casa durante o período da ditadura militar.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s:

0049/2013,	0066/2013,	0099/2013,	0205/2013,
0211/2013,	0218/2013,	0223/2012,	0235/2013,
0274/2013,	0283/2013,	0315/2013,	0317/2013,
0332/2013,	0337/2013,	0338/2013,	0345/2013,
0353/2013,	0358/2013,	0360/2013,	0368/2013,
0371/2013,	0382/2013,	0401/2012,	0403/2013,
0404/2013,	0405/2013,	0412/2012,	0413/2013,
0442/2013,	0455/2013,	0463/2013,	0476/2013,
0479/2013,	0555/2013,	0557/2013,	0561/2013,
0566/2013,	0574/2013,	0582/2013,	0645/2012,
0654/2012.			

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0108/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0133/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0155/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0176/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0220/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0256/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0285/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0538/2013, de autoria

do deputado Carlos Chiodini, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 0929/2013, 0930/2013, 0931/2013, 0932/2013, 0933/2013, 0934/2013 e 0935/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção n. 0089/2013, de autoria da Angela Albino, a ser enviado ao procurador-geral de Justiça, ao corregedor-geral do Ministério Público e aos membros do Conselho Nacional de Justiça, manifestando repúdio pelas reiteradas recusas do promotor Henrique Limongi, da comarca da capital, em reconhecer no exercício de suas funções o direito já consolidado pelos tribunais à união homoafetiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, amanhã, às 9h, o plenário da Assembleia Legislativa vai receber a comissão permanente do Congresso Nacional que vem falar sobre as mudanças climáticas e que vem realizando audiências públicas regionais sobre os desastres naturais.

A comissão terá a condução da senadora Vanessa Graziotin, do PCdoB do estado do Amazonas, e a audiência contará com a presença do ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, do relator, deputado federal José Sarney Filho, e do senador Fernando Ferro, além de várias autoridades estaduais.

Sr. presidente, é bom que se registre que apesar de ter apenas 1,2% do território nacional, Santa Catarina registra em média 13% de todos os desastres naturais ocorridos no Brasil e está em 3º lugar no ranking nacional em ocorrência de enchentes, ressacas, estiagens etc. Nos últimos dez anos os registros de desastres cresceram 71,61% em Santa Catarina, considerando o espaço de tempo entre 2000 e 2010.

Portanto, fica aqui o meu convite a toda população e em particular os parlamentares, para participarem desse evento.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, no próximo dia 02 de setembro, segunda-feira, a cidade de Blumenau completará 163 anos de fundação. Assim, quero parabenizar toda a nossa gente, os que nasceram na cidade, os que foram adotados por ela cidade, os que a construíram e os que a tornaram importante para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está registrado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de falar sobre a redução da maioria penal, até porque acompanhei pelo jornal *Diarinho*, do município de Itajaí, que menores do centro de internação daquela cidade renderam, cortaram e quase deceparam a orelha de um monitor.

A sociedade, quando acontece um crime de maior repercussão praticado por menores, volta a discutir a redução da maioria penal. E realmente acho muito importante discutirmos esse tema.

Saúdo com muita alegria o ex-deputado Julio Teixeira, meu colega delegado, que vejo aqui no plenário.

Existem quatro projetos na Câmara dos Deputados propondo a redução da maioridade penal para 16 anos e um pedindo a redução para 13 anos.

Existem muitas discussões a respeito, são feitas muitas pesquisas e através delas a sociedade tem-se mostrado favorável à redução da maioridade penal, porque não concorda que a menoridade se torne um incentivo à criminalidade.

O jovem que já tem conhecimento dos seus direitos e responsabilidades deve responder pelos seus atos. Isso está claro para todos. Além disso, nos dias de hoje uma criança de 12, 13 anos já conhece tudo, conhece a internet, sabe o que é certo e o que é errado. Não queremos levar isso ao extremo, mas entendemos que a partir dos 16 anos deve haver responsabilidade penal, assim como entendo que a guarda e a recuperação dos envolvidos em crimes não deve ser nos presídios que temos, porque eles não recuperam ninguém, só servem para conter aqueles que estão agindo em desacordo com a sociedade.

Tivemos um debate esta semana sobre esse assunto e verificamos que deve haver um aumento de vagas no sistema prisional, mas principalmente para internação de menores, pois o Judiciário e o Ministério Público acabam ficando sem opção.

Mudando de assunto, sr. presidente, acompanhei pela imprensa a votação, na Câmara dos Deputados, da cassação do deputado federal Natan Donadon, que acabou não ocorrendo. Eu achei um absurdo, sr. presidente, ele saiu do presídio algemado, foi à tribuna da Câmara dos Deputados, discursou para dizer que era inocente e que não podia ser cassado. Esse deputado já está condenado, já está cumprindo pena, é culpado pelo desvio de R\$ 8,4 milhões! Contudo, a ausência de muitos deputados na hora da votação acabou propiciando a manutenção do seu mandato. Foram 233 votos favoráveis à cassação, faltaram em torno de 30 votos. Então, o deputado Natan Donadon saiu da Câmara Federal e voltou para o presídio para cumprir sua pena. Isso a sociedade não aceita, nenhum de nós aceita. Faltaram muitos deputados à votação. O presidente da Câmara dos Deputados estendeu o horário para a

votação, mas deputados de alguns partidos não se fizeram presentes.

Qual foi a alternativa, então, encontrada pela Câmara Federal para solucionar o impasse? Afastar temporariamente o deputado Natan Donadon e dar posse ao suplente até que a situação seja resolvida.

Então, se queremos a redução da maioria penal, não podemos aceitar tal tipo de prática na esfera política, como o caso do deputado federal Natan Donadon.

Há mais um assunto, sr. presidente, que gostaria de abordar e que já foi pauta de vários deputados nesta tribuna. Refiro-me ao lançamento, pelo governador Raimundo Colombo, do plano Gestão para a Saúde.

Eu preparei uma matéria para falar, mas li uma reportagem no jornal da RBS dando sua opinião sobre esse tema e fazendo uma síntese sobre o que o estado está buscando. E o que estamos buscando? Por que gestão para a saúde pública do estado de Santa Catarina? Porque a saúde precisa de gerenciamento, de investimentos.

Pois bem, o governo vai investir só neste ano R\$ 2,1 bilhões na saúde do estado de Santa Catarina. E o que vemos? Filas para cirurgias, demora no atendimento e "ambulancioterapia". Então, tem que haver uma forma melhor de administrar esses recursos. Não adianta o governo colocar os recursos se não houver gerenciamento.

O governo do estado de Santa Catarina contratou 938 técnicos de enfermagem, 486 médicos, 266 enfermeiros, 179 técnicos de administração e 243 outros servidores para a saúde, totalizando 2.112 servidores. Apesar de tudo isso os resultados não aparecem.

Portanto, o governo do estado, por determinação do governador Raimundo Colombo e com a gestão da secretária da Saúde; do secretário da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni; e do secretário da Administração, Derly Massaud de Anunciação, está implantando um novo modelo de gestão para conseguir resultados.

Vou citar alguns trechos da opinião da RBS:

(Passa a ler.)

"Uma gestão profissional da Saúde, tendo a meritocracia como uma das palavras-chaves"[...].

Fazer valer o profissional que trabalha e que se empenha. Hoje o que essa gestão viu? Viu que durante a semana os hospitais estão superlotados e que no final de semana estão vazios. Então, é preciso fazer mutirão no final de semana para atender àquela demanda que fica parada nos hospitais esperando para fazer as cirurgias e ter os atendimentos. É preciso encontrar a forma para resolver essa questão.

(Continua lendo.)

"Os textos instituem mecanismos para aumentar a produtividade médica, destinam dinheiro para que os municípios possam ampliar atendimentos de média complexidade"[...]sic]

Porque se não for grave e se uma ambulância não precisar sair do interior do estado para vir até a capital, fazendo mais de 1.000km para trazer um doente, tem que incentivar e dar recursos para que os próprios municípios façam esse atendimento.

Mas quero parabenizar o governo e as secretarias por essa busca de uma solução, tentando fazer com que o sistema de saúde no estado de Santa Catarina, que segundo a consultoria já é um dos melhores do país - mas nós sabemos que tem muitos problemas -, venha a funcionar e ter um resultado efetivo para o bem de toda a coletividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos prestigiam com sua presença na manhã de hoje, queremos deixar registradas algumas ações nas quais, evidentemente, estamos trabalhando no sul do estado, na questão do Hospital Regional de Araranguá.

O Hospital Regional de Araranguá foi entregue à sociedade há aproximadamente 26 anos, pois na época em que fui prefeito havia apenas o Hospital Bom Pastor. Para credenciar o hospital regional tivemos que descredenciar o Hospital Bom Pastor, uma vez que o hospital regional viria a ter um papel fundamental na saúde do vale do Araranguá.

A verdade, entretanto, é que nesses vinte e poucos anos ele nunca prestou um trabalho como hospital regional. Por mais que eu lutasse para ver o envolvimento dos prefeitos dos 15 municípios, das secretarias de Saúde dos 15 municípios, nunca obtive o sucesso que desejava.

Quando Antônio Carlos Konder Reis assumiu o governo fez um projeto para esta Casa aprovar entregando três hospitais de Santa Catarina para entidades de São Paulo por 30 anos. Um era o hospital de Itajaí, o segundo eu não me recordo e o terceiro era o Hospital Regional de Araranguá. Eu rapidamente fiz uma emenda e tirei o nosso hospital daquele projeto que queria entregá-lo a uma universidade, não dizia qual.

Assumi então a Unesc, que prestou um trabalho regular. Não foi um trabalho de ponta porque a Unesc criou o curso de Medicina em Criciúma e não em Araranguá onde estava o hospital.

Mudou o reitor, que tinha um pensamento totalmente diferente e que queria continuar, mas o conselho da universidade não permitiu. Então saímos novamente em busca de entidades para administrar o Hospital Regional de Araranguá.

Hoje há um interesse muito grande para reverter esse processo. Com a primeira entidade que lá esteve houve aquelas denúncias e ela teve que sair. A segunda entidade também apresentou muitos problemas, pois é a mesma que está envolvida com os problemas do Samu.

O encaminhamento dado foi que conseguíssemos reunir as 15 secretarias municipais de Saúde, criássemos uma comissão para elaborar um projeto e o apresentássemos para a secretária Tânia Eberhardt e para seu secretário-adjunto, no sentido de que o Hospital Regional de Araranguá se

tornasse um verdadeiro hospital regional, atendendo toda a região.

Hoje a comissão se reúne com a Câmara de Vereadores de Araranguá para mostrar o projeto. Nos próximos dias vamos entregá-lo à secretária Tânia e ao secretário-adjunto Acélio, pois realmente a comissão dos 15 municípios está decidida a transformar aquele hospital num hospital regional. Inclusive, a Associação Comercial também faz parte da comissão.

Posso dizer que com o esforço do governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira está havendo uma mudança muito forte na área da saúde. O secretário-adjunto Acélio Casagrande, que já foi secretário de governo em Brasília, que já foi deputado federal, fez um excelente trabalho conseguindo um bom avanço no ministério de Saúde.

Nesse sentido, esperamos uma melhoria muito grande na área até porque o município, com 100 mil habitantes, irá receber R\$ 33 mil a mais por mês para contratar médicos especialistas e funcionários. Foi para isso que trabalhei muito, que lutei até conseguirmos uma UTI neonatal. Temos dez leitos de UTI, vamos passar para 20 leitos de UTI e dez de UTI neonatal.

Tivemos uma audiência pública com a participação do deputado Jorge Boeira, do deputado Pedro Uczai, da reitora da Universidade Federal de Santa Catarina e conseguimos realizar o sonho de criar o curso de Medicina em Araranguá, com 30 vagas para 2016 e 30 vagas para 2017.

Mas o meu sonho ainda não foi realizado, que é transformar o hospital regional em um hospital universitário. Isso só ocorreria se a UFSC encampasse o Hospital Regional de Araranguá transformando-o em hospital universitário.

Alguns vereadores estiveram aqui para uma reunião com a comissão da Saúde, buscando uma alternativa, buscando um encaminhamento. Temos participado efetivamente e esperamos que nos próximos dias haja uma mudança radical com a participação dos secretários de Saúde do vale do Araranguá, porque hoje os pequenos hospitais estão todos com dificuldades.

Parece-me que está havendo alguma mudança importante para que possamos alcançar um grande objetivo. Continuo sonhando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero, inicialmente, cumprimentar a deputada federal Carmen Zanotto, que hoje chega a Florianópolis para uma audiência pública da CPMI do Congresso Nacional sobre a exploração sexual no Brasil, sobre quais medidas estão sendo tomadas em cada estado. Estão fazendo essa caminhada a todos os estados brasileiros e vieram ao nosso estado para saber o que fazer para prevenir, para evitar esse grande mal.

Então, quero aproveitar este momento para convidar todas as pessoas ligadas a esse problema. Já convidamos, mas quero reforçar o convite, o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, representado por Isa Maria Rosário de Andrade e pela secretária do conselho, professora Lídia Vargas. Também deve estar presente um representante da Vara da Infância e da Juventude, da Promotoria de Justiça, enfim, de todos os órgãos e entidades ligados à promoção da criança e da juventude, para fornecer dados reais e principalmente motivar toda a estrutura governamental e social existente.

Então, amanhã, às 9h, na Câmara Municipal de Joinville, a comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, presidida por este parlamentar, estará lá para a audiência pública e estamos convidando todos os deputados da região para comparecerem.

Nesta segunda-feira visitamos, em Joinville, a Casa de Semiliberdade para verificar o trabalho que está sendo feito. Tivemos contato com a

coordenadora local, Fernanda Miller, e pudemos ver o que está sendo feito para reintegrar, ressocializar os jovens.

À ocasião comentamos alguns fatos sobre um fórum realizado aqui, promovido pela Vara da Infância e da Juventude, oportunidade em que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais apresentou uma experiência que, quem sabe, pode ser implantada em outros estados. De repente, essa experiência poderia começar justamente pela Casa de Semiliberdade de Joinville. Os internos poderiam, nos fins de semana, participar de festivais de música, de jogos de futebol, de sessões de cinema, o que tornaria o processo de ressocialização o mais próximo de uma família, porque a intenção não é somente penalizar, mas educar. O fato de terem que ficar lá, estudar, trabalhar, fazer um curso de qualificação, é uma forma de castigo, mas é também uma forma de ressocialização.

Por isso, na audiência pública que teremos amanhã é importante contarmos com a presença do prefeito, do vice-prefeito, dos vereadores de Joinville, do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar etc. Teremos um grande encontro para discutir o que se faz e o que se pode fazer melhor, o que o Centro de Atendimento Socioeducativo pode fazer para reintegrar os jovens em conflito com a lei e transformá-los em pessoas importantes para a sociedade.

Por fim, quero cumprimentar a diretoria da Associação Hospitalar de Santa Catarina, que está promovendo o congresso sobre o Plano de Gestão em Saúde. Santa Catarina tem 180 hospitais filantrópicos ou ditos particulares e 14 hospitais públicos estaduais. A informação não é bem exata, mas em torno de 80% dos atendimentos feitos em Santa Catarina acontecem nos hospitais filantrópicos pelo SUS. Contudo, nem a metade dos recursos gastos na saúde chegam a eles, justamente porque eles têm um cunho de caridade, foram feitos sob a égide da caridade, de prestar atendimento gratuito aos doentes.

Cem anos atrás, quando não existia qualquer estrutura social para o atendimento às pessoas doentes, começou, através de padres e freiras de algumas associações beneficentes, a construção desses hospitais para atender a essa demanda. Mas de 100 anos para cá tivemos uma evolução gradativa de procedimentos, de métodos e de diagnósticos na área da medicina, avanços esses que tinham que chegar ao povo.

Então, enquanto não havia um módulo público social para o atendimento, quem fazia isso eram as entidades de caridades. Infelizmente a realidade ainda não mudou e a saúde, que hoje é um direito de todos e uma obrigação do estado, continua sendo uma ação caridosa.

Nesse fórum de gestão da saúde ficou claro que o governo federal erra quando, tentando se justificar perante a população, afirma que faltam médicos no interior e na periferia porque os médicos querem ficar apenas nos centros urbanos. Isso não é verdade! É a gestão do SUS que centraliza e faz com que lá no interior não se paguem os procedimentos ou paguem-se mal os procedimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.